

Transversalizando a prática do professor homem na Educação Infantil

Renan Mota Silva¹
Leandro Passarinho Reis Júnior²

Resumo: A docência masculina no campo da educação infantil é considerada um recorte dentro da categoria profissional, cuja predominância é hegemonicamente feminina. Por representarem uma diversidade em seus contextos laborais, os homens que se dedicam a esta práxis encontram frequentemente barreiras das mais diversas naturezas. Este artigo teve como escopo dissertar sobre o estigma que esses professores vivenciam/enfrentam a partir da articulação de estudos que atravessam as temáticas das masculinidades, dos dispositivos de gênero e das relações subjetivas diante das representações do poder, do saber e das construções discursivas. Resultou-se que, o “preconceito” acompanha os micro e macro contextos das vivências do pedagogo, que está relacionado as problemáticas da divisão sexual do trabalho, do estereótipo da mulher como cuidadora e do homem como um perigo cuja masculinidade é questionada ao trabalhar na educação infantil.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Masculinidades. Homem.

¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Possui Pós-Graduação Lato-sensu em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Infantil (2016) pela Faculdade Venda Norte do Imigrante/ES. Universidade Federal do Pará (UFPA). renanmota16@hotmail.com

² Pós-Doutor em Psicologia/Departamento de Psicologia da Aprendizagem, Desenvolvimento e Personalidade pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Educação - Currículo, Epistemologia e História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Possui graduação em Psicologia e Ciências Biológicas pela UFPA, Pedagogia pela UEPA. Atualmente é Professor Adjunto III da Faculdade de Ciências Biológicas do Instituto de Ciências Biológicas (ICB/UFPA) e Professor-Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Linha de Pesquisa: Psicologia, Saúde e Sociedade. lpassarinho@gmail.com

A escrita deste artigo é fruto de um momento que antecede a escrita da tese de doutoramento e da angústia vivida enquanto profissional da educação. A dedicação ao ingressar no Doutorado em Psicologia na Universidade Federal do Pará e a participação no Grupo de Pesquisa Transversalizando: ensino, pesquisa-intervenção e extensão trouxe a necessidade de desvelar a realidade para compreender a subjetividade do professor homem na Educação Infantil (EI). Para além, espera-se contribuir com a abertura de caminhos que possibilitem a (re)construção de uma nova aceitação que revele a dimensão individual deste professor, sem perder de vista a dimensão social que o caracteriza.

O contexto educacional brasileiro é atravessado por investigações direcionadas aos diferentes agentes que o compõem. Em uma perspectiva macrosistêmica, a escola é vista como uma organização, a qual é afetada pelas transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais, como resultado, a literatura concebe-a a partir da complexidade que lhe é circunscrita (TRAGTENBERG, 2018; LIMA, 2010; TORRES, 2005; TEIXEIRA, 2000).

No que tange a perspectiva mesosistêmica, que se refere ao conjunto de relações entre dois ou mais microsistemas (POLETTI e KOLLER, 2008), são notáveis os estudos que abrangem a relação entre docentes e discentes (AMORIM, LESSA e CARMO, 2022; BELOTTI e FARIA, 2010), família-escola (OLIVEIRA e MARINHO-ARAÚJO, 2010; POLONIA e DESSEN, 2005), bem como a prevalência da tríade escola-família-comunidade (SOUSA e SARMENTO, 2010). Por sua vez, os microsistemas referem-se à centralidade de um singular objeto, de modo a torná-lo alvo epistemológico, como é o caso dos estudos que focalizam no professor homem (PEREIRA, 2016). A partir deste desenho contextual, o objeto de estudo pode ser localizado na dimensão microsistêmica, afinal, propõe-se a centralidade da subjetivação do homem docente na Educação Infantil.

A docência masculina no campo da EI é considerada um recorte dentro da categoria profissional, cuja predominância é hegemonicamente feminina. Por representarem uma diversidade em seus contextos laborais, os homens que se dedicam a essa *práxis* encontram frequentemente barreiras das mais diversas naturezas. A EI é a primeira etapa da Educação Básica (EB) e corresponde à finalidade o “desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2013).

Em relação à docência no Brasil, esta teve início no período Colonial (1500 – 1822) com a chegada da Companhia de Jesus que na empreitada de desenvolver a ação educativa buscou pela conversão dos indígenas aos saberes europeus. A referida Companhia introduziu no Brasil seus padrões de educação, cuja premissa era a evangelização. Então, com esse advindo, a profissão docente teve início – século XVI – com completude de professores religiosos e com domínio totalitário por parte da Igreja Católica que demandava a forma de educar concomitante à organização das escolas primárias e de formação para o magistério.

Os padres que compunham a Companhia de Jesus deram início à história da educação no Brasil com modelo próprio de dogmas e costumes. O ensino centrava-se nas mãos da Igreja com especificidades à catequese e formação própria para aqueles que detinham maior ascensão social (elite masculina branca), excluindo-se as mulheres. Em casos restritos, elas podiam ingressar na catequese e frequentar a educação oferecida em suas casas (STAMATTO, 2013).

A chegada da Companhia de Jesus – 1549 – trouxe ao Brasil o catolicismo junto aos costumes europeus para inaugurar suas metodologias pedagógicas de ensino. Foi interrompido por mando de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo quando determinou a expulsão desta Companhia – 1759. Há de se mencionar que, os que aqui

estavam possuíam seu modo próprio de fazer educação afastada dos repressivos modelos educacionais impostos pelos europeus.

A metodologia pedagógica de ensino própria dos jesuítas denominada de *Ratio Studiorum*, foi utilizada para catequizar aos interesses da Igreja esse Novo Mundo. O método era composto pelo conjunto de trinta regras como roteiro para as práticas educativas, além dos pressupostos para a gestão escolar. Esses roteiros enfatizavam as regras para a prática docente como fio condutor para os padres utilizarem em sala de aula. Entrementes, com a aquisição desse novo modelo de educação humanista, o que destoava da cientificidade e do não atendimento à realidade da sociedade brasileira, a classe dominante adquiriu “verniz” cultural que a distinguia dos demais setores da sociedade.

Com a duração de aproximadamente duzentos e dez anos no Brasil, o *Ratio Studiorum* teve responsabilidade no declínio da educação formal brasileira, haja visto que a expulsão dos religiosos desencadeou o fim do sistema formal de ensino que tomaria outros rumos somente com a chegada da Família Real Brasileira. Tem-se então o início no desenvolvimento da gênese da profissão docente com entrelaçamentos culturais, políticos e religiosos. Frisa-se nesta temporalidade a declaração da Independência do Brasil – 1822 – e a promulgação da Constituição brasileira – 1824 – com apontamento no artigo 179 para a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos.

Em 1826 houve a promulgação por força de Decreto de quatro graus de instrução: Pedagogias (para as escolas primárias), Liceus (ensino secundário), Ginásios e Academias. Nesse ínterim (1827 – 1946) com a implementação da Lei Federal 15 de outubro, foram criadas as escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, bem como escolas de meninas e, ainda o exame de seleção para professores. Obstante, no ano de 1834 o Ato Adicional emendou à Constituição

implementar a reforma do ensino elementar, secundário e de formação de professores que, como resultado fomentou aos Liceus a gestão do poder central do Ensino Superior.

Essa decisão desencadeou a descentralização da educação com a profissionalização dos docentes ocupando o cargo de funcionários públicos. Em relação à normatização da profissão docente, Nóvoa (2017) descreve que o processo de estatização do ensino consistia tão somente na substituição do corpo de professores religiosos, sob a direção da Igreja, por outro de professores laicos, sob mando do Estado, sem que, no entanto, tivesse ocorrido mudanças significativas na valoração da profissão docente, aonde, via-se ainda à condução realizada pelos padres daquela época. Permanecia ainda o mesmo modelo da práxis docente imposto pela Igreja.

Todavia, conforme Fregoso (2016) o sentido e a definição do que é ser docente não de ser estruturados com base no horizonte de significados de cada indivíduo, afinal, a prática é percebida somente pela relação de cada profissional com a realidade própria de seu trabalho. No que tange aos requisitos de atuação, na EI é necessário ter graduação em Pedagogia na modalidade de licenciatura.

Indubitavelmente, a figura docente é basilar no convívio de socialização e formação humana e encontra na caracterização de seu trabalho à finalidade em garantir aos discentes acessos reiterativos no convívio social, com ações mediadoras entre a formação deste aluno na vida cotidiana, o que possibilita ao mesmo tempo, visão crítica (BASSO, 1998). Nesta perspectiva, com vistas ao processo ensino e aprendizagem, este profissional demonstra sobremaneira atributos na busca de promover mudanças para a promoção do pensamento crítico-reflexivo.

Transversalizar a educação infantil?

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina as diretrizes, estratégias e metas para a política educacional; nele há o objetivo da universalização da educação

infantil, além de prever medidas como o atendimento ampliado das populações quilombolas, do campo e indígenas, atendimento educacional especializado, a formação continuada dos profissionais, entre outras (BRASIL, 2014).

Em relação as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil, Paraíso (2018) traz à discussão que a não visibilidade dos temas sexualidade e gênero, se fez presente em vários documentos. Além de gênero e sexualidade terem sido retirados do Plano Nacional de Educação (PNE), dos Planos Estaduais e Municipais de Educação de vários estados e municípios brasileiros, recentemente, no final do ano 2017, esses temas foram também invisibilizados na última versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Isso porque as questões ligadas a gênero e sexualidade foram retiradas das diferentes disciplinas da Base deixando o ensino desses temas a cargo da disciplina ensino religioso.

Assim, contata-se, a partir deste movimento institucional, o desdobramento de disputas políticas em torno da elaboração de currículos escolares e sobre os próprios horizontes políticos da educação nacional contemporânea. Conseqüentemente, o processo de progressiva exclusão de temáticas de gênero e sexualidade de planos educacionais no Brasil correspondem ao resultado dos embates entre os grupos sociais pelo monopólio do discurso pedagógico oficial, portanto, trata-se dos procedimentos de constituição do dispositivo pedagógico.

Todavia, tanto o conceito atual de educação infantil quanto o educar da criança pela via não assistencialista existem a partir do *modus operandi* contemporâneo e constituem-se resultados de transformações históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais. Significa dizer que a educação infantil enquanto um direito da criança representa a perspectiva vigente, diferentemente do seu modo anterior, intimamente associado as modificações históricas da infância.

A partir da consideração dos impactos e reflexos do passado na criança e em sua educação, tal agenda reveste-se de igual importância na perspectiva dos

profissionais da educação infantil em face da divisão sexual do trabalho. Sabe-se que essa divisão reservou papéis dicotômicos, nos quais o homem pertencia à esfera pública, o *breadwinner*, e a mulher era limitada à esfera privada, tornando-se a cuidadora, a *caregiver* (SOUSA e GUEDES, 2016).

Foi no século XIX que Froebel, pedagogo alemão, concebeu a “jardineira”, que seria a substituta da mãe no ambiente denominado Jardim de Infância, destinado a educação de crianças de zero a seis anos de idade (ARCE, 2001).

Aqui, percebe-se que a jardineira, mesmo em um contexto para além do lar, se dedicava aos cuidados da criança, significando que tal mudança de ambiente não acompanhou, sobretudo, uma mudança nos papéis de gênero, afinal, a divisão do trabalho é sexual. Desde então, a “jardineira” encontra-se presente pelas denominações “professorinha”, “tia”, atribuídas as professoras da educação infantil, que se tornam substitutas do papel materno e são vinculadas as qualidades maternais nas instituições de ensino.

Similarmente, é importante delimitar como a divisão sexual do trabalho nas sociedades modernas acompanha a absorção progressiva da mão de obra feminina desde o início do século XX, de maneira a aliar mecanismos de hierarquização dos sexos e exploração do labor (NOGUEIRA, 2005). Desse modo, como sugere (CORRÊA, 2018) as posições de trabalho socialmente conectadas à dons e habilidades “femininas”, tais como a docência, são marcadas sobretudo por elevados níveis de *taylorização*, subcontratação e precarização.

Numa classificação designada restritamente ao estudo da gramática até a década de 1970, o termo “gênero” apresenta-se como derivação da palavra latina *genus*, traduzida para o português como: “raça”, “tipo”, “variedade”. Posteriormente, assimilou-se o termo a uma aproximação mais contemporânea, quando o psicólogo Jhon Willian Money em uma de suas obras atribui ao gênero as características culturais relativas ao sexo, identificação muito próximas ao uso que fazemos hoje.

Para (BUTLER, 2018), o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo, logo, existe uma multiplicidade do conceito gênero abrindo possibilidades e múltiplas interpretações no que tange o sexo. A autora ainda caracteriza gênero como não podendo ser algo inerte e estável, e nem sempre apresentando coerência e coexistência histórico-social, isso porque gênero é construído e reconstruído ao longo do tempo a partir das práticas que regulam as normas sociais (SILVA et al., 2020).

Contrapondo a lógica da divisão sexual, o homem que se insere na docência infantil, que rompe com a tradição dos padrões de gênero, passa a enfrentar desafios, tais como: segregação, preconceito, olhares de suspeita, questionamento da orientação sexual, entre outros (SANTOS, 2021; MONTEIRO e ALTMANN, 2014).

Assim, Silva et al. (2020) trazem a diferenciação de gênero, que vai muito além do senso comum e requer discussões aprofundadas acerca do assunto, isso porque as desigualdades e preconceitos estão enraizados na sociedade, e como salientado são produzidos pelas relações de poder e nas relações de poder. Como coluna dorsal para o tema tratado, a questão gênero é o enfoque principal onde o sexo masculino por um processo de estigmatização da cultura brasileira sofre impasses de aceitação do professor homem ministrando aulas em escolas que hoje são cristalizadas pela presença de mulheres.

Masculinidade(s) na educação infantil:

O lugar do estigma/preconceito na *práxis* do professor

No ensino desenvolvido sob a responsabilidade do Estado, a docência feminina nasce no final do século XIX relacionada, especialmente, com a expansão do ensino público primário. Nos últimos anos do Império, sobretudo a partir de 1860, mulheres

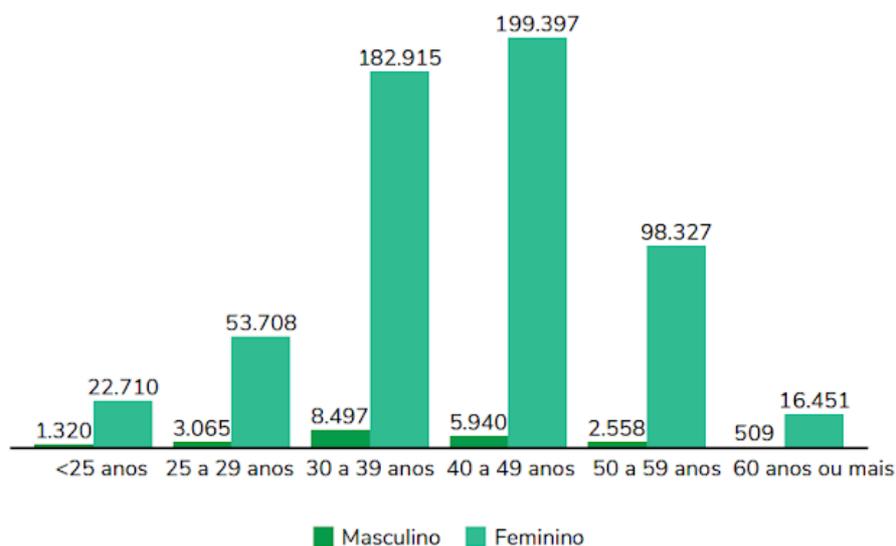
assumem a função de professoras, por conseguinte fazem parte do quadro de funcionárias públicas em várias províncias, como por exemplo nas grandes cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (VIANNA, 2002). Nesse sentido, Nóvoa (1995, p. 18) já ratificava que “as instituições de formação ocupam lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, desempenham papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos.”. Depreende-se que, essa premissa encontra-se também na contribuição para a socialização numa cultura da e para a gênese desse docente.

A transição de profissionalizar a docência, ao passo de torná-la à época profissão foi à custos de grandes embates no contexto histórico-cultural. Nesse permear de intenção buscava-se a compreensão das especificidades no campo da atuação do professor que tomou uma complexidade até então não esperada, ou seja, se passou a abranger instituições de diversos níveis (educação básica e a educação superior) e modalidades de ensino (presencial, semipresencial e a educação à distância) (VICENTINI e LUGLI, 2009).

Todavia, foi implicado grandes conflitos nesse emblemático deferimento da ação do professorado, como consequência surge o estatuto socioprofissional docente “estabelece-se assim, as condições para o desenvolvimento do seu trabalho, marcadas tanto por permanências quanto por transformações segundo o local e o período.” (VICENTINI e LUGLI, 2009, p. 17). Esses acontecimentos culminaram de certa forma no abandono por parte dos professores homens, principalmente pela falta de prestígio e salário, que desencadeou a ocupação pelas mulheres. Vê-se então, a ruptura profissional relacionada a categoria gênero à profissão docente.

De acordo com o Censo Escolar 2021 (BRASIL, 2021), a EI contava com o total de 595 mil docentes, com ocupação de 96,3% do sexo feminino e 3,7% do sexo masculino. No que tange a faixa etária com maior concentração, o recorte equivale às idades entre 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos.

Gráfico 1: Número de docentes na Educação Infantil, segundo a faixa etária e o sexo



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (2021).

Mesmo após anos é notória a identificação dos reflexos nessa “divisão” de sexo na docência: “assim, as brasileiras foram incorporadas à docência sobre a base da articulação das concepções de feminilidade e atividade docente, o que punha em evidência as diferenças de gênero na sociedade.” (CODD, 1999, p. 64), principalmente quando relacionada à EI que atualmente está organizada em duas etapas. Tem-se a creche e a pré-escola e por faixa etária: bebês (zero a 1 ano e 6 meses); crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), especificando a idade de corte para cada sistema em relação ao atendimento institucional da educação infantil (BRASIL, 2013).

Assim, esse caráter formador, no qual o ofício da professora e do professor passa a ser o de cooperador de conhecimentos que ultrapassa a mera identificação como agentes políticos, surge no final do século XVIII, quando a escola veio a ser instrumento privilegiado de ascensão social.

De acordo com Silva et al. (2020) o mundo do trabalho apresenta ambiguidades, contradições e abrange a atribuição de significados e sentidos. É nesse mundo que o professor da educação infantil está inserido, palco de vivência das dinâmicas de prazer e sofrimento, que, ora ou outra, acarretam desafios advindos tanto do magistério quanto aqueles sociais, afetivos e relacionais, que se fazem presentes a partir de sua corporeidade, da masculinidade em um contexto profissional predominantemente feminino e “maternal”.

A divisão sexual do trabalho é o fio condutor de tais vivências, afinal, a predominância das mulheres na educação infantil está associada ao seguinte apontamento de Sousa e Guedes (2016, p. 125):

Sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado.

A limitação aos papéis de gênero ocorre de modos diferentes para mulheres e homens. No entanto, ambos se encontram em constante pressão social da performance normativa, e é na interrupção dessa que reside o estranhamento, o olhar desconfiado - os sintomas advindos do preconceito. Ora, enquanto fato social, os papéis de gênero impõem-se sobre os sujeitos e aqueles que fogem de suas normatizações sofrem coerções heterogêneas por parte dos grupos socialmente coesos e consonantes com as regras sociais.

Partindo dessa premissa, o estudo justifica-se exatamente por abordar os sintomas, os (desdobramentos) simbólicos e expressões do estigma/preconceito que marcam a identidade profissional dos docentes homens, considerando que experienciar o preconceito produz impactos significativos na integralidade do ser humano e afeta negativamente o biopsicossocial. Para além, é perceptível que o olhar para essas

vivências permite uma reflexão aprofundada sobre a posição do homem na sociedade, e é justamente nessa apreensão que reside a justificativa do estudo.

Motivo/pertinência para a escrita do artigo

A escrita baseada na vivência como professor homem na EI e, as informações coletadas e analisadas são pertinentes na medida em que relacionam as condições sócio-históricas do surgimento e manutenção da divisão sexual do trabalho com as dicotomias e polarizações advindas das relações de poder. Este estudo se insere, portanto, como um instrumento teórico-metodológico direcionado para a problematização do preconceito de gênero no contexto educacional infantil.

Foi, portanto, motivado pela importância de abordar as implicações sistêmicas do estigma/preconceito para o professor, uma vez que a divisão sexual carrega em si consequências desfavoráveis e das vivências e experiências adquiridas no contexto educacional, onde “atualmente” o pedagogo homem enfrenta desafios ao manifestar seu desejo em trabalhar em escolas e em outros espaços atuais da profissão, o que intensifica com as poucas oportunidades. Dessa forma, surgiram implicações sobre o processo de diferenciação, por se identificar nessas situações experienciadas desses professores homens com o fito de propor reflexões que atravessam essas vivências.

Método

Este estudo é de natureza qualitativa que, segundo (MINAYO, 2002), é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço”, visto que é ali que se encontram “as manifestações intersubjetivas e interações”, tecnicamente por meio da análise de conteúdo. A autora destaca que “cada vez que o cientista social retorna às fontes vivas

de seu saber, àquilo que nele opera como meio de compreender as formações culturais mais afastadas de si, faz filosofia espontaneamente.

Ainda segundo ela, a abordagem qualitativa não contempla procedimentos padronizados de análise e observação de uma realidade, mas se aprofunda nos fatores intersubjetivos dos significados, simbólicos e das interações humanas. A pesquisa qualitativa, a priori, é indutiva e exploratória, amplamente ancorada na investigação de aspectos como valores, cultura, crenças e interrelações.

Nesse mesmo entendimento, a perspectiva qualitativa visa constatar as complexidades dos dados microssociais, ao desvelar universos dinâmicos que dizem respeito ao modo de funcionamento da realidade, de forma a converter elementos aparentemente insignificantes em indicadores empíricos da realidade (CAMPOS, 2020).

Aspirou-se orientar a escrita apoiando-se em marcos teóricos e conceituais a começar com autoras e autores que tem relação com a temática apresentada no que tange a investigação e a compreensão sobre o lugar do preconceito na *práxis* do professo da EI. Também, optou-se por selecionar escritos para proporcionar meios para o desenvolvimento e abordagem da temática e da visão dos autores.

Assim, foram selecionados artigos por meio da combinação das seguintes palavras-chaves, com seus operadores booleanos: [homem na educação infantil] e [gênero e docência infantil]. Essas palavras foram utilizadas tendo em vista a replicação no portal de pesquisas bibliográficas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Internacional/Brasil. Essa base foi selecionada em função do rigor científico para que haja indexação de um periódico. Os critérios de inclusão foram artigos escritos em português, inglês e espanhol com texto completo na versão eletrônica, produzidos nos últimos dez anos, com eliminação a partir de resumos. Foram excluídos artigos que se distanciavam da temática apesar da combinação de palavras-chave para o desenvolver uma análise crítica e reflexiva do conteúdo.

Procedimento

A intenção que guiou o estudo foi a de comparar analítica e criticamente os dados, a fim de verificar, na literatura científica, trabalhos já publicados que retratam preconceitos/estigmas na prática desta categoria profissional, partindo do recorte de gênero, com ênfase nas vivências masculinas, na divisão sexual do trabalho e nas interferências do padrão de masculinidade heteronormativo, que atua como um dispositivo de silenciamento e domesticação de corpos masculinos, sejam aqueles que performam, sejam aqueles que estão para além dos moldes hegemônicos.

Análise dos artigos

Considerando a etapa da análise dos artigos selecionados preferiu-se realizar o entendimento em Franco (2021). Esse método de análise contém, metodologicamente, um amplo espectro de aplicação, é uma técnica que dialoga com o método qualitativo, pois, ao mesmo tempo em que alcança os dados objetivos, permite que os sentidos sejam alinhados a intencionalidade do estudo, ou seja, as dimensões simbólicas e subjetivas dos autores. Nesse movimento, foi visível que a técnica renova a si mesma, dadas as inferências da análise dos artigos selecionados nas diversas áreas do conhecimento e após a leitura, eles foram divididos em categorias analíticas mediante os objetivos deste estudo.

Resultados

A consulta à base de dados foi realizada especificamente em 10 de abril de 2023. Foram achados doze artigos, dos quais, a partir da revisão de literatura integrativa em Franco (2020), selecionou-se sete deles. Ressalta-se que, esse método de revisão

buscou dar conhecimento sobre o tema proposto na inicial, com vistas à identificação, análise e sintetização dos resultados encontrados de forma independentes, contribuindo no auxílio para responder as implicações que objetivaram a escrita deste artigo.

A tabela 1, traz consigo a ilustração dos artigos selecionados na base de dados utilizada, referendando na segunda coluna o ano de publicação. Vale dizer que, para além dos artigos, este estudo se valeu de uma perspectiva foucaultiana e do trabalho de Valeska Zanello, referência nas investigações científicas sobre sexualidade e gênero.

Tabela 1: Artigos selecionados

Títulos	Ano de publicação
Gênero e pré-escola: experiências e estratégias de homens educadores de infância.	2022
Homens na docência da educação infantil: uma análise baseada na perspectiva das crianças.	2021
<i>Percepciones de papá y mamá sobre maestros varones en la educación inicial peruana.</i>	2021
Entre a fralda e a lousa: a questão das identidades docentes em berçários.	2019
Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: reflexões sobre gênero e docência na Educação infantil.	2018
Masculinidades e docência na educação infantil.	2016
Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação.	2015

Fonte: Autores (2023)

Ainda cabe mencionar que, para a escolha minuciosa dos escritos, foram utilizadas motivações advindas dos estudos do doutoramento em psicologia e das diversas indicações de leituras por ocasião da participação do Grupo de Pesquisa Transversalizando: ensino, pesquisa-intervenção e extensão, que serviram de alicerce para compreender as manifestações dos conteúdos textuais e a percepção dos autores diante das implicações.

As categorias foram agrupadas da seguinte maneira:

a) Masculinidades e docência infantil: refere-se, especificamente, ao homem pedagogo; e

b) Gênero e docência infantil: aqui, encontram-se unidades advindas de um olhar tanto para o homem quanto para a mulher, na consideração da divisão sexual do trabalho na docência – essa última categoria foi construída a partir da problematização das inferências dicotômicas na *práxis* docente. Assim, foi possível estabelecer a articulação entre os componentes da temática a partir de suas conexões.

Em suma, sobre a primeira categoria (masculinidades e docência infantil), resultou-se que a representação social do profissional homem é frequentemente relacionada ao comportamento sexual. Neste caso, o homem é visto como um estranho, há desconfiança e insegurança por parte da sociedade, a ele é atribuído o preconceito de ser um potencial abusador de crianças, é visto como aquele que deveria ficar distante do público infantil. Em suma, há uma estigmatização identitária relacionada a pedofilia e a homoafetividade, inclusive com uma confusão entre ambos os conceitos.

Este processo, inclusive, é fruto de um movimento histórico de conexão entre os dois termos a partir de denominadores comuns: a perversão e a inversão, de modo que também são “associados à orientação sexual homoafetiva, de forma explícita ou não, em discursos que inflam o pânico moral, partindo de uma acusação moral já arcaica, mas ainda subjacente em narrativas ultraconservadoras e homofóbicas” (OLIVEIRA, 2022, p. 1).

Por fim, resultou-se na segunda categoria (gênero e docência infantil), os prejuízos sistêmicos da divisão sexual a partir da inter-relação dos papéis. Nela, a base discursiva predominante apontou que o trabalho docente masculino está inter-relacionado ao contraste que tem com o feminino, afinal, o cuidado é atribuído como uma função do universo feminino, como elemento de domínio da mulher. Ambos os profissionais são estigmatizados, no caso das mulheres a partir da manutenção do status quo; no caso dos homens, a partir da transgressão e do questionamento da masculinidade.

Considerações finais

O estudo partiu das bases epistemológicas de Michel Foucault (2020) e Valeska Zanello (2020), as quais serão destacadas na presente discussão. Vale enfatizar que a escolha dos autores se deu exatamente por ambos considerarem os dispositivos como meios de produção das subjetividades. Foucault (2020) aponta que fazem parte das características da sociedade ocidental as formas de dominação ligadas à identidade sexual. Essa afirmativa, transportada para a realidade do pedagogo, demonstra o preconceito como consequência.

Este autor destaca que a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico. Não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Se de um lado a hegemonia feminina é o discurso normatizador, predominante no campo da educação infantil e, portanto, uma dominação, do outro a diversidade do pedagogo se destaca e contrapõe essa relação de poder. De acordo com (BUTLER,

2018) a questão de gênero está situada no seio de relações de poder. No caso do pedagogo, o poder não pertence a este enquanto homem, pois constitui-se uma minoria, marginalizado na educação infantil.

Isto poso, contrariamente aos movimentos hegemônicos masculinos, que, devido ao contexto patriarcal tiveram vantagens das mais diversas naturezas em relação as mulheres, a hegemonia feminina no contexto educacional é um reflexo da lógica patriarcal. Significa dizer que o magistério feminino é uma herança do pensamento de uma essência inata cuidadora, de uma inclinação para os tratos com a criança, para “maternar” (DEL PRIORE e BASSANEZI, 2018).

No entendimento de Silva, Vasconcellos e Pinheiro (2022) a figura da mãe é uma imposição social sobre a mulher, uma vez que as identidades maternas e femininas são indissociáveis e interdependentes uma da outra. Nessa ótica, é possível utilizar a mesma lógica para abordar a identidade masculina, pois, de acordo com o mesmo autor, os homens também estão suscetíveis as imposições sociais do patriarcado e o cuidar, como prática intrínseca da mulher, não tem espaço legitimado.

Já para Zanello (2020) compreende-se essa questão a partir das tecnologias do gênero, que constituem os dispositivos amoroso e materno e de eficácia e referem-se, respectivamente, as mulheres e homens. A autora, assim como Del Prione e Bassanezi (2018) aponta que o magistério é sustentado pelo discurso mater, no qual “o instinto da mãe-mulher, maternal, delicada, abnegada, paciente, devota, pronta para fazer sacrifícios, convocou as mulheres a exercerem o magistério, a ‘vocação’ pelo futuro da nação.”.

Do outro lado, conforme Zanello (2020) o dispositivo de eficácia refere-se as injunções identitárias relacionadas seja a virilidade sexual, seja a laborativa. Significa que ser um homem considerado bem-sucedido perpassa tais injunções. Trazendo tal reflexão para o campo do pedagogo, é visível que exercer essa profissão é atuar, sobretudo, em um limbo diante do ideal da eficácia socialmente construído para

mulheres, como ilustra a autora. Significa dizer que os processos de reconhecimento e satisfação do trabalho, uma vez que intrinsecamente ligados a estes dispositivos, tornam-se nebulosos, distanciados de uma validação social e uma legitimação. Infere-se que a práxis pedagógica, dada a sua estrutura patriarcal, não dialoga com o dispositivo de eficácia masculino, o que coloca o pedagogo em situações de estigma/preconceito, isolamento, rejeição e deslegitimação, por estar do lado “oposto” do dispositivo amoroso e materno.

Além de não ter o cuidado como ação legitimada, o homem é forçado a provar a sua masculinidade, é pressionado a se encaixar nos moldes hegemônicos, na caricatura do macho frio, seguro, bem-sucedido e sexualmente potente (DE MIRANDA, 2003). Partindo dessa premissa, Silva, Vasconcellos e Pinheiro (2022) apontam que o padrão de masculinidade vigente – que sufoca as outras expressões de outros modos de ser masculino – é uma das principais barreiras para os homens não se dedicarem ao magistério infantil.

Caso optassem por lecionar para crianças, os homens sofreriam repressão social, em contraste com o prestígio de profissões masculinizadas, como a medicina, engenharia e o empreendedorismo. Ainda, são considerados motivos dos homens não aderirem à profissão a baixa remuneração e a masculinidade constantemente questionada (SILVA, VASCONCELLOS e PINHEIRO, 2022). Ademais, esta taxonomia reafirma o frequente posicionamento de mulheres em posições laborais nas quais são tidas, e muitas vezes materialmente estruturadas, enquanto financeiramente inferiores, o que se desdobra na manutenção dos sistemas culturais de “dependência econômica” entre homens e mulheres.

Por mais que as transformações contemporâneas e o desenvolvimento de estudos de gênero voltados para este objeto no Brasil permitam a reflexão e novas compreensões sobre o conceito de masculinidade – por exemplo, a denominação masculinidades, que apreende um espectro de comportamentos, crenças, valores e

atitudes de homens que se distanciam do padrão e que, todavia, continuam a ser homens - o preconceito ainda se faz presente, ainda mais quando, cotidianamente, contrapõe o status normativo.

Mas, afinal, qual é o lugar do preconceito na *práxis* profissional desses homens? Para entender esse lugar é fundamental saber o que significa preconceito, em seu conceito para além do senso comum. Silva, Vasconcellos e Pinheiro (2022) apontam que o preconceito é, sobretudo, uma opinião ou um conjunto destas que não passa pelo crivo do senso crítico, que é aceita de modo automático e sem elaborações sofisticadas, reforçadas pela sociedade. Dito isso, é perceptível que o preconceito não ocupa um só lugar, mas que atravessa os aspectos afetivos, psíquicos, laborais, culturais e relacionais dos pedagogos.

O estereótipo do abusador e homossexual (SOUSA, 2016) está relacionado a uma internalização da homofobia, uma vez que: i) associa o abuso sexual a homoafetividade e ii) considera homoafetivo o homem que realiza um trabalho eminentemente feminino. Essas raízes, introjetadas, justificam a defasagem de professores homens, que existe a partir da ação do preconceito da sociedade e também do próprio profissional (SILVA, VASCONCELLOS e PINHEIRO, 2022).

Também existe no preconceito um pilar pouco questionado: a “des-intelecualização” da pedagogia. Ora, se a pedagogia é campo de estudo das práticas educativas, dever-se-ia considerar o profissional que, graduado em pedagogia, seria apto para exercer a profissão. Há, portanto, uma vinculação do exercer ao aspecto “inato” feminino, o que distancia a prática pedagógica do campo científico, teórico e metodológico – saberes racionais e sistematizados frequentemente associados à natureza masculina - e passa a depender dos dispositivos.

Por fim, a minoria masculina no magistério também pode ser questionada a partir da manutenção dos estereótipos: uma vez que o homem não ocupa os espaços socialmente atribuídos as mulheres, significa manter a associação da pedagoga a figura

da mãe, aos dispositivos amorosos e maternais. Portanto, a relevância do pedagogo não só reside no fato de que os homens são agentes fundamentais para o desenvolvimento biopsicossocial da criança, mas também pelo potencial de desconstrução dos preconceitos ao fazer pedagogia enquanto homem. A construção de novas possibilidades educacionais que desafiem as binariedades típicas da divisão sexual do trabalho perpassam, necessariamente, definições renovadas de masculinidade.

Trata-se, na verdade, de uma definição de masculinidade para além dos paradigmas típicos da lógica binária patriarcal, que consiga abarcar uma ação masculina que perpassasse as esferas da vulnerabilidade e do cuidado. Conseqüentemente, novas definições do masculino, em diálogo com novas elaborações sobre feminilidade, permitem uma superação dos papéis laborais historicamente destinados à homens e mulheres, assim como uma atuação fundamentalmente democrática em múltiplos espaços.

Assim, indubitavelmente, inferiu-se a respeito da importância do professor na sociedade em sentido amplo e à luz das discussões teóricas consultadas, que se deve refletir sobre a atividade da docência que, ao longo da história, atravessou diversos cenários de lutas econômicas, políticas, sociais e de poder. Vale lembrar o Brasil nos séculos XVIII e XIX como cenário da gênese do reconhecimento, da profissionalização e, acima de tudo, da identificação da presença feminina na docência.

Referências

- ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de pesquisa**, n. 113, p. 167-184, 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000200009>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 19-32, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Sc7BRSNfgRFsvLMYyTP9Fzf/?lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- BELOTTI, Salua Helena Abdalla; FARIA, Moacir Alves de. Relação professor/aluno. **Saberes da Educação**, v. 1, n. 1, p. 01-12, 2010. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/salua.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação–PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A pesquisa em ciências humanas, ciências sociais e educação: questões éticas suscitadas pela regulamentação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217224>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- CODO, W. **Educação: carinho e trabalho**. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1999.
- CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria. **Gestão, Trabalho e Cidadania-Novas Articulações**. Autêntica, 2018.
- CRUZ, Astrid; HUGO, Adaliz; RUIZ-RUIZ, Marcos Fernando. Percepciones de papá y mamá sobre maestros varones en la educación inicial peruana. **Revista Electrónica Educare**, v. 25, n. 3, p. 605-623, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15359/ree.25-3.33>. Acesso em 10 de abr. 2023.
- DE MIRANDA, Marcelo Henrique G. **Magistério masculino:(re) despertar tardio da docência**. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.
- DE OLIVEIRA, Rosmari Pereira; VIVIANI, Luciana Maria. Entre a fralda e a lousa: A questão das identidades docentes em berçários: Caught between diapers and the blackboard: Teacher identities in nurseries. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 32, n. 1, p. 73-90, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rpe.14947>. Acesso em 10 de abr. 2023.
- DE SOUSA, Maria Martins; SARMENTO, Teresa. Escola–família-comunidade: uma relação para o sucesso educativo. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 17-18, p. 141-156, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2010.133>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla Beozzo (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: As confissões da carne (Vol. 4)**. Editora Paz e Terra, 2020.
- FREGOSO, Martha Vergara. La práctica docente. Un estudio desde los significados. **Cumbres**, v. 2, n. 1, p. 73-99, 2016. Disponível em: <http://investigacion.utmachala.edu.ec/revistas/index.php/Cumbres/article/view/39/29>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 545-570, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p545>. Acesso em 10 de abr. 2023.
- LIMA, Licínio C. **Concepções de escola: para uma hermenêutica organizacional**. 2010.
- MINAYO, Maria C. Pesquisa social: teoria e método. **Ciência, Técnica**, 2002.
- MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, p. 720-741, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142824>. Acesso em: 1 de mar. de 2023.
- MONTEIRO, Mariana Kubilius; ALTMANN, Helena. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, p. 720-741, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142824>. Acesso em 10 de abr. 2023.
- NOGUEIRA, Claudia Maria França Mazzei. **O trabalho duplicado-a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing**. 2005.

- NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, p. 1106-1133, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144843>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- NÓVOA, Antônio. “O passado e o presente dos professores”. In: NÓVOA, A. **Profissão Professor**. Porto. Porto Editora, 1995.
- OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, p. 99-108, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- OLIVEIRA, Denise Cabral Carlos de. Notas sobre o pânico moral em torno da pedofilia, repatologização da homossexualidade e homofobia. **Anais do 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde**. Disponível em: <https://proceedings.science/8o-cbcs/hs/trabalhos/notas-sobre-o-panico-moral-em-torno-da-pedofilia-repatologizacao-da-homossexuali?lang=pt-br>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, p. 283-303, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200002>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- PEREIRA, Maria Arlete Bastos. **Professor homem: o estrangeiro na educação infantil**. Appris, 2016.
- POLETO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, p. 405-416, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, p. 303-312, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000200012>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- PRADO, Patrícia Dias; ANSELMO, Viviane Soares. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: Reflexões sobre gênero e docência na Educação infantil. **Pro-Posições**, v. 30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0137>. Acesso em 10 de abr. 2023.
- SANTOS, Maria Helena; CRUZ, Eduardo Ferreira; MARQUES, António Manuel. Gênero e pré-escola: experiências e estratégias de homens educadores de infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053148974>. Acesso em 10 de abr. 2023.
- SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. Homens na docência da educação infantil: uma análise baseada na perspectiva das crianças. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260077>. Acesso em 5 de abr. de 2023.
- SILVA, Renan Mota et al. O homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 7, n. 14, p. 148-154, 2020. Disponível em: <https://intermeio.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9323/7258>. Acesso em 4 abr. 2023.
- SILVA, Renan Mota; DA ROSA VASCONCELOS, Tatiane; PINHEIRO, Anderson Silva. Sexualidade e Gênero: possibilidades para pensar a prática de professores homens na educação infantil. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 21, p. 109-120, 2022. Disponível em: http://www.generonaamazonia.com/edicoes/edicao-21/07_Sexualidade-e-Genero-possibilidades-para-pensar-a-pratica-de-professores-homens-na-educacao-infantil.pdf. Acesso em 5 de abr. de 2023.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na historia: a mulher na escola. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**. 2002. Disponível em: <https://www.tjrt.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

- TEIXEIRA, Lucia Helena G. Cultura organizacional da escola: uma perspectiva de análise e conhecimento da unidade escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da educação**, v. 16, n. 1, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol16n12000.25758>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- TORRES, Leonor Lima. Cultura organizacional no contexto escolar: o regresso à escola como desafio na reconstrução de um modelo teórico. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 13, p. 435-451, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000400003>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- TRAGTENBERG, Mauricio. A escola como organização complexa. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 183-202, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018191196>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos pagu**, p. 81-103, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.
- ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.

The male teacher in Early Childhood Education: masculinity(s) and prejudice in the praxis of these teachers

Abstract: Male teaching in the field of early childhood education is considered a cut within the professional category, whose predominance is hegemonically female. As they represent diversity in their work contexts, men who dedicate themselves to this practice often encounter barriers of the most diverse nature. This article aimed to discuss the stigma that these teachers experience/face from the articulation of studies that cross the themes of masculinities, gender devices and subjective relationships in the face of representations of power, knowledge and discursive constructions. It turned out that "prejudice" accompanies the micro and macro contexts of the pedagogue's experiences, which is related to the problems of the sexual division of labor, the stereotype of women as caregivers and men as a danger whose masculinity is questioned when working in the classroom. child education.

Keywords: Education. Gender. Masculinities. Men.

Recebido: 20/04/2023

Aceito: 05/07/2023